

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Gisela Marcolino Diniz

Controle Interno: Uma análise sobre a percepção dos alunos de Ciências Contábeis da
Universidade de Brasília sobre o Controle Interno na Administração Pública

Brasília, DF

2014

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Góes Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e Atuariais

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Gisela Marcolino Diniz

Controle Interno: Uma análise sobre a percepção dos alunos de Ciências Contábeis da
Universidade de Brasília sobre o Controle Interno na administração pública

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da
Universidade de Brasília como requisito
parcial à conclusão da disciplina Pesquisa
em Ciências Contábeis e obtenção do grau
de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Professor Mestre Elivânio Geraldo de
Andrade

Linha de pesquisa: Contabilidade para
Tomada de decisão

Área: Controle Interno

Brasília, DF

2014

DINIZ, Gisela Marcolino

Controle Interno: Uma análise sobre a percepção dos alunos de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília sobre o Controle Interno na administração pública /Gisela Marcolino Diniz – Brasília 2014.

38. p.

Orientador: Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 1º Semestre letivo de 2014.

Bibliografia

1. Controle Interno

I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília.

Controle Interno: Uma análise sobre a percepção dos alunos de Ciências Contábeis da
Universidade de Brasília sobre o Controle Interno na administração pública

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da
Universidade de Brasília como requisito
parcial à conclusão da disciplina Pesquisa
em Ciências Contábeis e obtenção do grau
de bacharel em Ciências Contábeis.

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade

Orientador

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Universidade de Brasília (UnB)

Professor _____ -

Examinador

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, DF, _____ de _____ de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família, em especial aos meus pais e à minha tia Neide. Sou grata ao professor Elivânio pelo auxílio e orientação no trabalho. Agradeço ainda a todos os professores e equipe do CCA e da Universidade de Brasília que contribuíram para minha formação e aprendizado.

RESUMO

O controle é um instrumento administrativo necessário em qualquer ambiente para alcançar as metas e objetivos estabelecidos, na administração pública são três os tipos de controle: Controle Interno, Controle Externo e Controle Social. Ainda podemos dividir o controle interno em 2, Controle Contábil e Controle Administrativo. O controle interno é inerente a uma boa administração, sendo na administração pública indispensável para a *accountability*, a governança e o combate à corrupção. Este estudo visa descrever a percepção dos alunos dos do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília do 1º semestre letivo de 2014 quanto o controle interno na administração pública, escolhidos apenas aqueles que já haviam cursado a disciplina de Auditoria 1 ou Execução da Gestão Pública. Para completar esse objetivo utilizou-se de pesquisa exploratória descritiva, buscando um levantamento inicial dos resultados nele obtidos. A ferramenta metodológica utilizada foi a de questionário na escala Likert, contendo 12 questões fechadas. A amostra foi de 107 alunos que cursavam entre o 5º e o 11º semestre. Dentre as 12 questões da pesquisa, 6 obtiveram o resultado esperado e 6 obtiveram resultado indesejável. Por fim, deixa-se em aberto realizar essa pesquisa com alunos ingressante de contábeis e verificar a influência do curso na percepção dos alunos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Componentes do processo de controle.....	13
Figura 2 – Instâncias do Controle Governamental Federal.....	14

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eventos Importantes para o Controle Interno Brasileiro.....	17
Quadro 2 – Opção de resposta questionário.....	21
Quadro 3 – Faixa etária dos respondentes	23
Quadro 4 – Número de respondentes por semestre.....	23
Quadro 5 – Total de resposta – 2º bloco questionário.....	24
Quadro 6 – Total de resposta – 3º bloco questionário.....	24
Quadro 7 – Percentual de resposta – 2º bloco questionário.....	25
Quadro 8 – Percentual de resposta – 3º bloco questionário.....	25
Quadro 9 – Total de respostas certas, erradas e neutras.....	32
Quadro 10 – Média atingida por questão.....	33
Quadro 11 – Média esperada.....	34
Quadro 12 – Comparação entre média esperada e média atingida.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade dos respondentes em relação ao sexo.....	22
Gráfico 2 - Percentual de resposta – Questão 1.....	26
Gráfico 3 - Percentual de resposta – Questão 2.....	26
Gráfico 4 - Percentual de resposta – Questão 3.....	27
Gráfico 5 - Percentual de resposta – Questão 4.....	27
Gráfico 6 - Percentual de resposta – Questão 5.....	28
Gráfico 7 - Percentual de resposta – Questão 6	28
Gráfico 8 - Percentual de resposta – Questão 7.....	29
Gráfico 9 - Percentual de resposta – Questão 8.....	29
Gráfico 10 - Percentual de resposta – Questão 9.....	30
Gráfico 11 - Percentual de resposta – Questão 10.....	30
Gráfico 12 - Percentual de resposta – Questão 11.....	31
Gráfico 13 - Percentual de resposta – Questão 12.....	31
Gráfico 14 - Total de respostas certas, erradas e neutras.....	32
Gráfico 15 – Desvio médio – Questões 1 a 6.....	35
Gráfico 16 – Desvio médio – Questões 7 a 12.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS

AICPA - *American Institute of Certified Public Accountants*

CGU – Controladoria Geral da União

CN – Congresso Nacional

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária

LOA - Lei de orçamento anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

SCI – Sistema de Controle Interno

STF - Secretaria Federal de Controle

TCU – Tribunal de Contas da União

SUMARIO

RESUMO.....	6
LISTA DE FIGURAS.....	7
LISTA DE TABELAS.....	8
LISTA DE GRÁFICOS.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS.....	10
1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1.Contextualização	12
1.2.Objetivos da Pesquisa.....	12
1.3.Delineamento do Trabalho.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1. Controle	13
2.2. Controle Interno.....	15
2.3. Controle Interno na Administração Pública Brasileira.....	16
2.3.1 <i>Controle Interno e a Accountability</i>	18
2.3.2 <i>Controle Interno e a Governança</i>	19
2.3.3 <i>Controle Interno e o Combate a Corrupção</i>	20
3.METODOLOGIA.....	21
4. ANÁLISE DE DADOS.....	22
4.1.Caracterização dos respondentes.....	22
4.2 Tabulação dos dados dos questionários.....	23
4.3.Análise dos dados da pesquisa.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE A – Questionário aplicado.....	40

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Controlar é um ato necessário na realização de qualquer processo, seja dos mais simples aos mais complexos. Até no próprio corpo humano há mecanismos de controle, o corpo humano através das sensações avisa quando algo está errado, sentir fome, sede, frio, calor, dor, incômodos, etc. é o corpo mostrando que precisa de mudanças.

A importância do controle para que uma ação ocorra de acordo com o planejado foi destacada por grandes teóricos da administração como Henri Fayol e Frederick Winslow Taylor.

Na administração pública brasileira é notória a necessidade de se controlar os gastos públicos, escândalos de corrupção, notícias de má gestão e desperdícios de recursos públicos são constantes na mídia. O governo vem ao longo dos anos adotando medidas que visam aprimorar o controle dos gastos públicos.

A fiscalização dos atos públicos deve começar dentro da própria gestão, por aqueles que estão realizando os trabalhos, essa fiscalização interna faz parte do Controle Interno. O controle interno é intrínseco a uma gestão eficiente, sendo necessário em qualquer órgão da administração pública.

Devido a importância do controle interno na administração pública, esse trabalho visa verificar a percepção dos alunos de ciências contábeis da universidade de Brasília sobre o controle interno.

1.2. Objetivos da Pesquisa

Este trabalho visa fazer uma análise, com aplicação de questionários acerca da percepção que os alunos de ciências contábeis da Universidade de Brasília têm a respeito do controle interno com foco na administração pública.

1.3. Delineamento do Trabalho

A pesquisa foi realizada através de um questionário aplicado para os alunos de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB) que já cursaram as disciplinas de Execução da Gestão Pública e Auditoria 1.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Controle

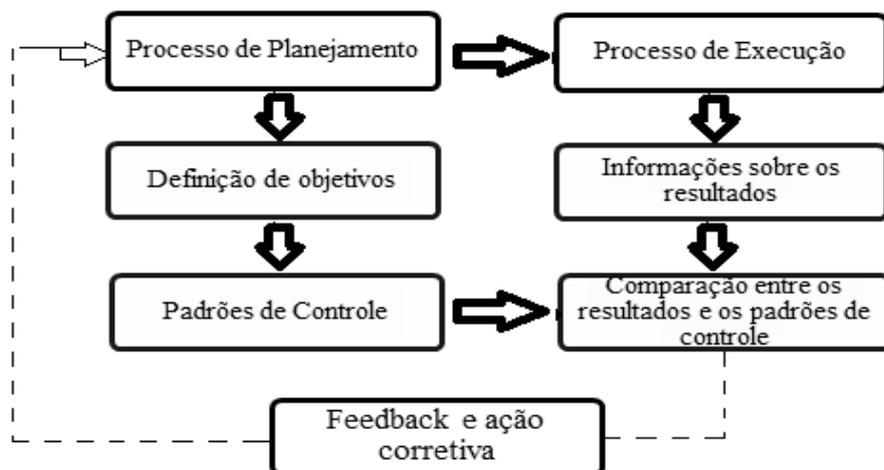
O controle é o método de certificação/conferência dos planos e objetivos, sendo assim, o controle é um intermediário entre o planejamento e a execução, monitorando o desempenho, apontando erros e falhas no sistema. Tem por finalidade auxiliar o administrador e dar segurança e credibilidade a administração.

Segundo Fayol (apud CASTRO, 2009, p.28), “o controle consiste em verificar se tudo ocorre em conformidade com o plano adotado, as instruções emitidas e os princípios estabelecidos. Tem por objetivo apontar falhas e os erros para retifica-los e evitar sua reincidência. Aplica-se em tudo: coisas, pessoas, atos”.

Para Taylor (apud CHIAVENATO, 2000, p. 65), “controlar o trabalho para se certificar de que este está sendo executado de acordo com os métodos estabelecidos e segundo o plano previsto. A gerência deve cooperar com os trabalhos para que a execução seja a melhor possível”.

O controle mantém a organização sempre voltada para seu objetivo, os processos de controle, de acordo com Maximiano (2011, p. 327), são: padrões de controle, aquisição de informação, comparação e ação corretiva (ou tomada de decisão) e recomeço do ciclo de planejamento.

Figura 1 – Componentes do processo de controle.

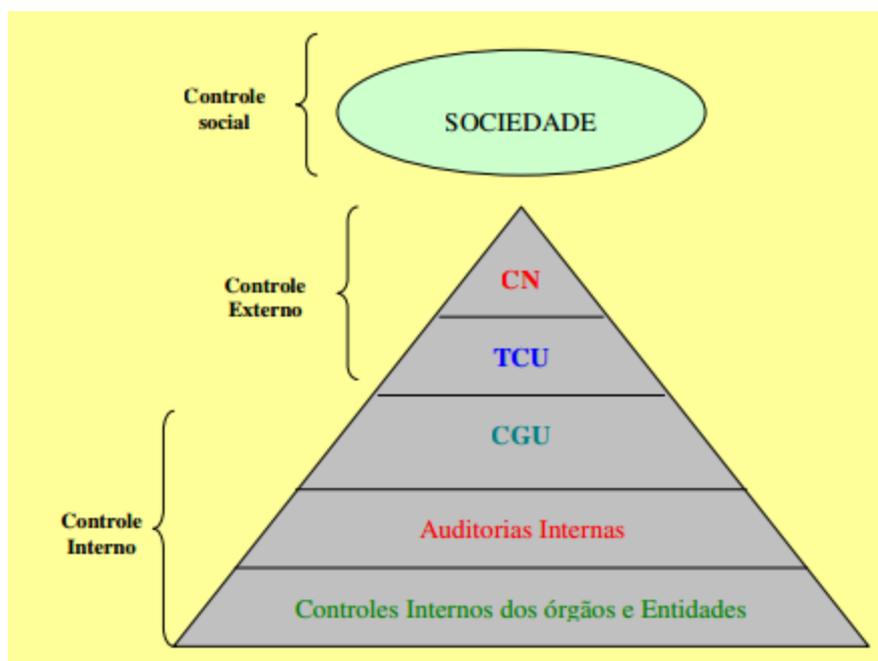


Fonte: Maximiano (2011)

Dependendo do contexto no qual é utilizada, a palavra Controle pode assumir diversos sentidos. No âmbito da Administração Pública no Brasil, são três controles que se destacam: Controle Interno, Controle Externo e Controle Social.

A figura 2 – Instâncias do Controle Governamental Federal, explicita o ordenamento dos três controles na administração pública brasileira.

Figura 2 – Instâncias do Controle Governamental Federal



Fonte: Araújo (2007)

Por esse trabalho ter foco no Controle Interno, comentar-se-á brevemente sobre os outros dois controles e tratar-se-á em tópico específico sobre o Controle Interno.

O Controle Social é aquele exercido pela sociedade, se da pelo direito que a sociedade tem a informações dos gastos públicos, pelas ações populares, pelas denúncias perante os órgãos responsáveis, dentre outras. Exemplificando, pode-se citar o portal transparência, o orçamento participativo e conselhos participativos.

O Controle Externo é realizado por um órgão externo, que não teve participação na administração. No Brasil, segundo o artigo 71 da Constituição Federal, a função do

Controle Externo é do Congresso Nacional, auxiliado pelo Tribunal de Contas da União.

2.2. Controle Interno

O Controle Interno é exercido pela própria entidade, dentro de suas atividades. O Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA) diz:

"O Controle Interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas na empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábilísticos, desenvolver a eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas executivas prescritas."

Controle Interno "compreende o plano da organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas adotados pela empresa, para salvaguardar seu patrimônio, conferir exatidão e fidedignidade dos dados contábeis, promover eficiência operacional e encorajar a obediência às diretrizes traçadas pela administração da companhia." (CASTRO, 2009, p. 63).

Por vezes, o conceito de Controle Interno confunde-se com os conceitos de Sistema de Controle Interno (SCI) e de Auditoria Interna, que são entendidos equivocadamente como sinônimos.

Sistema, segundo dicionário Michaelis, é "Conjunto ou combinação de coisas ou partes de modo a formarem um todo complexo ou unitário", assim sendo, o Sistema de Controle Interno é o conjunto de Controles Internos estabelecidos dentro da organização.

Auditoria Interna é conceituada pela NBC T 12- DA AUDITORIA INTERNA como: "conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da Entidade."

Portanto, a Auditoria Interna verifica o Sistema de Controle Interno, julgando-o e verificando sua eficácia. Porém, a relação entre Auditoria Interna e SCI, não é uma via de mão única, em uma entidade com SCI confiável a Auditoria Interna têm maior segurança para realização do trabalho.

Devido às finalidades do Controle Interno, pode-se dividi-lo em dois: Controle Administrativo e Controle Contábil. O Controle Contábil visa à fidelidade e exatidão das informações contábeis, são os controles que darão confiabilidade aos relatórios. O Controle Administrativo tem por objetivo à eficiência operacional, à obediência das diretrizes e a proteção do patrimônio.

Para um funcionamento coeso dos Controles Internos de uma entidade eles devem funcionar como um todo, formando o Sistema de forma integrada, visando sempre o cumprimento dos objetivos. O relacionamento deve ser harmônico, com segregação de funções definidas, e para garantir a confiabilidade, as atividades do Controle devem ser ininterruptas e permanentes.

O planejamento e a execução formam um ciclo contínuo com o controle, o Controle Interno reporta aos administradores que comparam o planejado com o executado, os administradores analisam se houve desvios, se há necessidade de mudanças e as possíveis correções para o problema.

O controle interno funciona de modo hierárquico, a chefia controla os atos de seus subalternos, sendo assim, ela é responsável. Dentro do planejamento os responsáveis devem pré-estabelecer os controles, os mecanismos de controle devem ser equilibrados, não sendo excessivos nem frágeis. Quando há excesso de controle interno, há desperdício de esforços, aumento de despesas, há uma ineficiência administrativa, quando são frágeis os controles as falhas e os erros ficam menos evidentes e as fraudes ficam mais fáceis.

2.3. Controle Interno na Administração Pública Brasileira

A administração pública, de acordo com Silva (2001, apud Castro, 20-9, p. 18), é “o conjunto de meios institucionais e patrimoniais, financeiros e humanos, organizados e necessários para executar as decisões políticas, ou seja, para a execução concreta dos objetivos governamentais.”

Di Pietro (2005, p. 62) define o controle da Administração Pública como:

Poder de fiscalização e correção que sobre ela exercem os órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, buscando a garantia dos princípios norteadores do Estado Democrático de Direito: legalidade,

impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A administração pública, então, por meio dos mecanismos de controle interno nela inseridos, concretiza os objetivos do governo dentro dos princípios do Estado.

É de grande interesse da sociedade e do governo controlar e aperfeiçoar os gastos públicos, por isso se dá importância ao Controle Interno nos órgãos públicos, no âmbito da administração federal brasileira. Segundo CASTRO (2009, p. 95), o controle interno no Brasil, teve início em 1914, quando o Brasil não conseguiu dar garantias de pagamento a um empréstimo pedido aos banqueiros ingleses, que acabaram por negar o empréstimo, então se viu a necessidade de uma contabilidade organizada e com informações consistentes sobre a situação financeira, econômica e patrimonial do governo. A partir desse ponto os governantes passaram a dar importância ao controle.

A quadro 1 resume brevemente alguns eventos importantes para o Sistema de Controle Interno brasileiro.

Quadro 1 – Eventos Importantes para o Controle Interno Brasileiro

ANO	EVENTO	
1914	Incapacidade de oferecer garantias aos banqueiros ingleses	Governo viu a necessidade de uma contabilidade organizada e consistente
1922	Decreto n. 4.536 de 1922	Criado Código de contabilidade Pública
1946	CF de 1946	Atribui ao TCU o controle prévio dos atos de gestão do executivo
1964	Lei 4.320 de 1964	Separação do controle interno (exercido pelo próprio governo) do controle externo (exercido pelo CN e TCU)
1967	CF de 1967	Poder executivo responsável pelo sistema de controle Interno
1967	Decreto-lei n. 200/67	-Definiu controle como função administrativa e atribuiu responsabilidade aos administradores -Fixou regras para controle interna
1986	Decreto n. 92.452/86	Criação STN que assumiu a função de órgão central dos Sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria
1986	Decreto n. 93.874 de 1986	Criação do Sistema de Controle Interno
1988	CF de 1988	Definida as finalidades do controle interno
1994	MP n. 480/94	Criação da Secretaria Federal de Controle
2002	Decreto n. 4113 de 2002	SFC é transferida para a presidência da república
2003	MP n. 103 de 2003	-Transformação da Corregedoria-Geral em Controladoria Geral da União (CGU) -CGU passa a ser a responsável pela SFC

Fonte: Elaboração própria

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o controle interno fica definido pelos seus artigos 70 e 74:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Controladoria Geral da União (CGU), por meio da Secretaria Federal de Controle (STF), com base nos artigos 70 e 74 da CF/88, fica responsável pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Conforme estabelece site do TCU:

Compete a SFC o exercício das atividades de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, cabe à SFC avaliar a execução de programas de governo, comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia e eficiência, da gestão dos administradores públicos federais, exercer o controle das operações de crédito e, também, exercer atividades de apoio ao controle externo.

2.3.1. Controle Interno e a Accountability

Accountability é um termo em inglês que não possui tradução exata para o português, no dicionário inglês *business dictionary*, *accountability* é a “obrigação de um indivíduo ou organização de prestar contas de suas atividades, aceitar suas responsabilidades, e de divulgar os resultados de forma transparente. Também é a responsabilidade pelo dinheiro ou outros bens confiados ao indivíduo ou organização.”

Ou seja, na administração pública é a obrigação que o governo tem de prestar contas de suas atividades e se responsabilizar sobre, reportar a sociedade sobre a administração dos recursos públicos.

A lei complementar n. 101 de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), passou a ser o instrumento regulador das contas públicas brasileira. A lei obriga a prestação de contas e a transparência dos gastos públicos, limita gastos, estabelece

metas e prevê sanções para descumprimento. Portanto a Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser dita como a lei que determina a *accountability*.

Com a LRF, junto com a Lei de diretrizes orçamentária (LDO), a Lei de orçamento anual (LOA), os gestores públicos passaram a ter mais obrigações de prestar contas e de controlar os gastos públicos.

Relacionando a *accountability* com o controle interno, podemos dizer que é de interesse do gestor público possuir um Sistema de Controle Interno eficaz uma vez que a responsabilidade é assumida o gestor tem que ter segurança dos seus atos e o que garantirá a segurança é o controle. E quando se tem um SCI eficaz, como já dito anteriormente, os números apresentados em balanços e demonstrações financeiras serão mais confiáveis. Assim, o controle interno é um importante elemento para a *accountability*.

2.3.2. Controle Interno e a Governança

Segundo o Banco Mundial, “governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções”.

Matias-Pereira (2010, apud Buligon e Oliveira, 2012, p. 12) informa que o termo governança tem “como referência a concepção de bom governo (*good government*) e fundamenta-se na competência do Estado de executar de forma consistente as políticas públicas”.

São oito as principais características da boa governança: Estado de direito, transparência, responsabilidade, orientação por consenso, igualdade e inclusividade, efetividade e eficiência e prestação de contas.

O controle interno, como processo administrativo para assegurar a eficiência operacional, é inerente a uma boa gestão ao prevenir desvios dos objetivos e das metas.

2.3.3. Controle Interno e o Combate a Corrupção

No Brasil um dos maiores problemas vivenciados é a corrupção nos órgãos públicos, de acordo com a Organização das Nações Unidas são desviados 200 bilhões de reais por ano no Brasil. E no ranking da Transparência Internacional sobre o Índice de percepção de corrupção o Brasil ficou em 72º de 177 países.

Um estudo realizado pela KPMG em 2009, intitulado de “A Fraude no Brasil”, constatou que em 64% de casos de fraudes se deu devido a insuficiência dos sistemas de controles internos, e que em 25% dos casos a fraude foi descoberta pelo controle interno.

Estando frágeis ou insuficientes os procedimentos de controle há uma facilitação para a ocorrência das fraudes, quanto mais consistentes estiverem os controles internos administrativos, menor será a vulnerabilidade aos riscos à gestão e maior será a possibilidade de detectar os desvios.

3.METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar a percepção dos alunos do curso Ciências Contábeis da Universidade de Brasília sobre o Controle Interno na Administração Pública, foi aplicado um questionário no qual os alunos deveriam avaliar afirmativas a respeito do Controle Interno.

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. As questões tinham respostas fechadas para que se possa obter uma pesquisa com respostas pontuais e uniformes.

O questionário foi dividido em 3 blocos, no primeiro bloco foi realizado um levantamento censitário do sexo, da idade e do semestre que respondentes estão cursando. Para filtrar a pesquisa de maneira mais efetiva, adicionou-se dois campos perguntando se o respondente já havia cursado as disciplinas de Auditoria 1 e Execução da Gestão Pública.

No segundo bloco os respondentes devem classificar o nível de concordância a respeito de afirmativas sobre o Controle Interno, os respondentes tinham 5 opções de respostas: 1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo Parcialmente, 3 – Não Concordo, Nem Discordo, 4 – Concordo Parcialmente e 5 – Concordo Plenamente.

O terceiro bloco era similar ao segundo, as alternativas de respostas eram as mesmas, mas agora os respondentes devem classificar o nível de concordância sobre o Sistema de Controle Interno na Administração Pública.

As opções de resposta do 2º e 3º bloco estavam dispostas segundo a quadro 2.

Quadro 2 – Opção de resposta questionário

1	Discordo totalmente
2	Discordo parcialmente
3	Não discordo, nem concordo
4	Concordo parcialmente
5	Concordo totalmente

Fonte: Elaboração Própria

Utilizou-se planilhas no Excel, com o auxílio do google.docs, para elaborar as tabelas de levantamento amostral. A escala utilizada para análise foi a Likert, atribuindo-se pesos distintos para cada uma das respostas.

4. ANÁLISE DOS DADOS

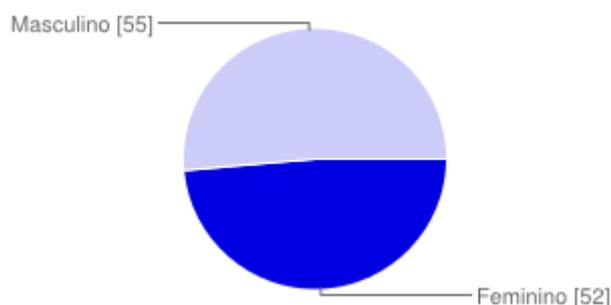
4.1. Caracterização dos respondentes

Os questionários foram aplicados aos alunos de Ciências Contábeis durante o primeiro semestre de 2014 nos horários de aula, tanto diurno quanto noturno, as turmas escolhidas foram das matérias mais avançadas do curso, visando os alunos que já haviam cursado as disciplinas Auditoria 1 e Execução da Gestão Pública.

Foram aplicados 107 questionários, nos quais todos já tinham cursado pelo menos uma das disciplinas citadas anteriormente. Portanto a amostra foi de 107 alunos.

No gráfico 1 tem-se a relação da quantidade dos respondentes em relação ao sexo:

Gráfico 1 - Quantidade dos respondentes em relação ao sexo



Fonte: Dados da pesquisa

Dos respondentes, 52 eram do sexo feminino e 55 do sexo masculino, a maioria, 71, tinha entre 21 e 25 anos e cursavam entre o 5º e o 11º semestre. Nos gráficos e tabelas a seguir pode-se ter uma melhor estratificação destes dados de gênero, idade e semestre que estão cursando.

O quadro 3 mostra a faixa etária dos respondentes:

Quadro 3 – Faixa etária dos respondentes

Idade	Numero de Respondentes
Até 20 anos	15
Entre 21 e 25	71
Entre 26 e 30	12
Entre 31 e 40	7
Acima de 41	2
TOTAL	107

Fonte: dados da pesquisa

O quadro 4 tem a quantidade de respondentes por semestre:

Quadro 4 – Número de respondentes por semestre

Semestre	Numero de Respondentes
5°	8
6°	11
7°	25
8°	36
9°	20
10°	6
11°	1
TOTAL	107

Fonte: dados da pesquisa

4.2. Tabulação dos dados dos questionários

As tabelas 5 e 6 contém a contagem de respostas das perguntas, que correspondem a escala Likert. As questões de 1 a 4 e as de 7 a 9 eram afirmativas verdadeiras, sendo as respostas ideais a de número 5, concordo totalmente. Já as questões 5, 6, 10, 11 e 12, eram afirmativas erradas, portanto a resposta mais adequada a número 1, discordo totalmente.

Em todas os quadros a seguir foram utilizados apenas números os quais se referem à opção escolhida por cada respondente, conforme quadro 2.

Tabela 5 – Total de resposta – 2º bloco questionário

QUESTÕES		1	2	3	4	5	Total
1	Consiste em verificar se os planos estão ocorrendo de acordo om o planejado	5	5	9	40	48	107
2	Tem por objetivo apontar as falhas e os erros	6	15	18	43	25	107
3	Deve ser exercido em todos os setores para ser efetivo	2	12	19	32	42	107
4	Deve ser uma atividade ininterrupta e permanente	1	3	10	33	60	107
5	É uma área administrativa e não se relaciona com a contabilidade	71	35	4	6	1	117
6	Controle Interno e Sistema de Controle Interno são as mesmas coisas	42	36	19	10	0	107

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 6 – Total de resposta – 3º bloco questionário

QUESTÕES		1	2	3	4	5	Total
7	Auxilia no combate e controle da corrupção	3	5	12	50	37	107
8	É um importante instrumento para a <i>accountability</i> (prestação de contas)	0	3	9	44	51	107
9	Está diretamente relacionado a uma boa governança	0	6	17	42	42	107
10	Um órgão que possui Auditoria Interna não necessita de Controle Interno	71	21	9	6	0	107
11	Quanto mais Sistemas de Controle melhor	7	23	42	25	10	107
12	Não está relacionado com o Controle Externo	38	28	29	9	3	107

Fonte: dados da pesquisa

4.3. Análise dos dados da pesquisa

Os quadros 7 e 8 trazem o total, em percentual, de respostas. Foi calculada com o valor total de respostas por opção a cada questão, dividido pelo total de respostas daquela questão. Esse total foi multiplicado por 100 para se chegar à resposta em percentual.

Quadro 7 – Percentual de resposta – 2º bloco questionário

QUESTÕES		1	2	3	4	5	Total
1	Consiste em verificar se os planos estão ocorrendo de acordo com o planejado	4,67%	4,67%	8,41%	37,38%	44,86%	100%
2	Tem por objetivo apontar as falhas e os erros	5,61%	14,02%	16,82%	40,19%	23,36%	100%
3	Deve ser exercido em todos os setores para ser efetivo	1,87%	11,21%	17,76%	29,91%	39,25%	100%
4	Deve ser uma atividade ininterrupta e permanente	0,93%	2,80%	9,35%	30,84%	56,07%	100%
5	É uma área administrativa e não se relaciona com a contabilidade	60,68%	29,91%	3,42%	5,13%	0,85%	100%
6	Controle Interno e Sistema de Controle Interno são as mesmas coisas	39,25%	33,64%	17,76%	9,35%	0,00%	100%

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 8 – Percentual de resposta – 3º bloco questionário

QUESTÕES		1	2	3	4	5	Total
7	Auxilia no combate e controle da corrupção	2,80%	4,67%	11,21%	46,73%	34,58%	100%
8	É um importante instrumento para a accountability (prestação de contas)	0,00%	2,80%	8,41%	41,12%	47,66%	100%
9	Está diretamente relacionado a uma boa governança	0,00%	5,61%	15,89%	39,25%	39,25%	100%
10	Um órgão que possui Auditoria Interna não necessita de Controle Interno	66,36%	19,63%	8,41%	5,61%	0,00%	100%
11	Quanto mais Sistemas de Controle melhor	6,54%	21,50%	39,25%	23,36%	9,35%	100%
12	Não está relacionado com o Controle Externo	35,51%	26,17%	27,10%	8,41%	2,80%	100%

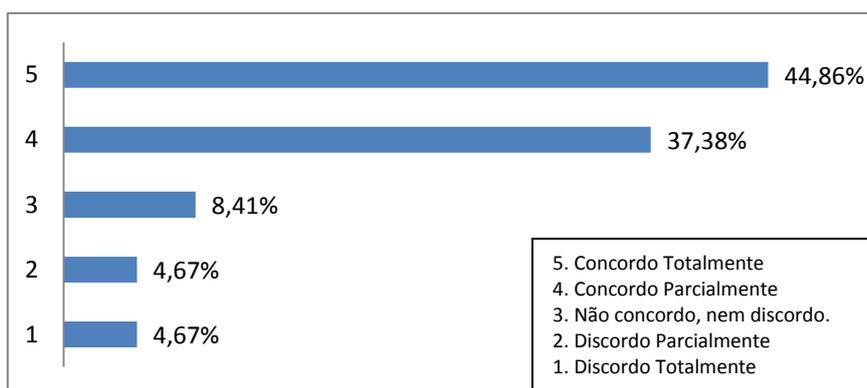
Fonte: dados da pesquisa

- **Questão 1** - Consiste em verificar se os planos estão ocorrendo de acordo com o planejado

De acordo com a definição de Controle dada por Fayol, esperava-se dos alunos concordância, assim, a resposta 5 – concordo totalmente, a mais adequada, sendo a resposta 4 – concordo parcialmente aceitável. Dos respondentes 44,86% optaram pela resposta 5, 37,38% optaram pela resposta 4, 8,41% pela resposta 3 e as respostas 1 e 2 obtiveram o mesmo percentual de respondentes, 4,67%.

O gráfico a seguir demonstra os percentuais de escolha:

Gráfico 2 – Percentual de resposta – Questão 1



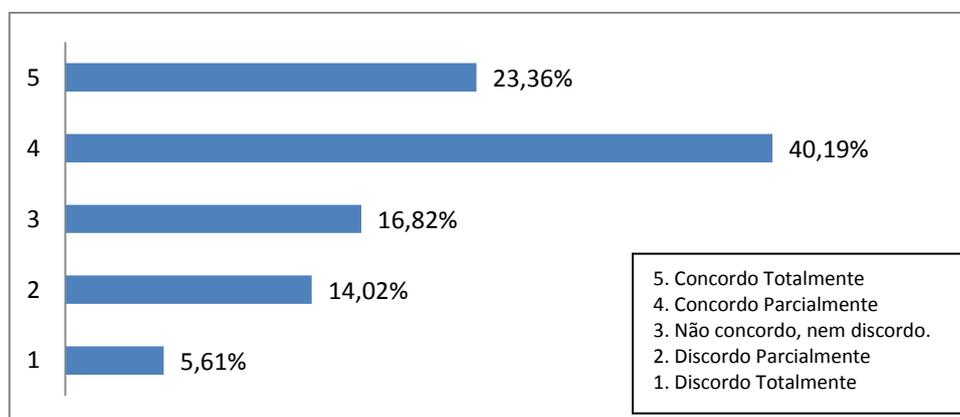
Fonte: dados da pesquisa

- Questão 2 - Tem por objetivo apontar as falhas e os erros

A questão 2, assim como a questão 1, é verdadeira justificada pela definição dada por Fayol, por tanto, as respostas esperadas são a 4 e a 5. O percentual de alunos que concordaram, parcialmente ou totalmente foi de 63,55%, o percentual de alunos que discordaram, parcial ou totalmente, foi de 19,63% e 16,82% não concordaram nem discordaram.

Segue o gráfico demonstrativo das respostas:

Gráfico 3 - Percentual de resposta – Questão 2



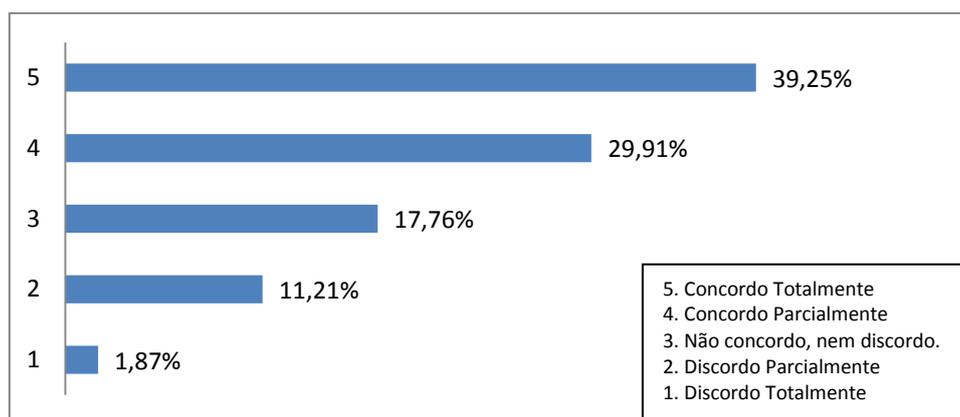
Fonte: dados da pesquisa

- Questão 3 - Deve ser exercido em todos os setores para ser efetivo

Na questão 3, a afirmativa é verdadeira, esperando, então, que os alunos concordassem com a questão. O percentual de concordância foi de 69,16%, 39,25% concordaram totalmente e 29,91% concordaram parcialmente. Os que discordaram foram 13,08% e os que não concordaram nem discordaram 17,76%.

O gráfico demonstrativo do percentual é o seguinte:

Gráfico 4 - Percentual de resposta – Questão 3



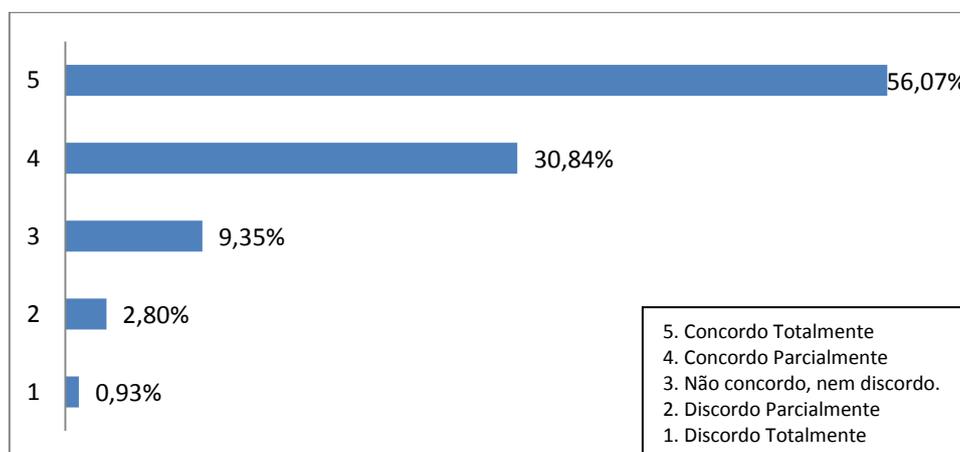
Fonte: dados da pesquisa

- Questão 4 - Deve ser uma atividade ininterrupta e permanente

Outra afirmativa verdadeira, o percentual de alunos que respondeu de acordo com o esperado, resposta 5 e 4. Foi de 86,91%, escolheram a alternativa 3 9,35% dos alunos e apenas 3,73% discordaram, marcando as alternativas 1 ou 2.

Seu gráfico de percentual de resposta é o seguinte:

Gráfico 5 - Percentual de resposta – Questão 4



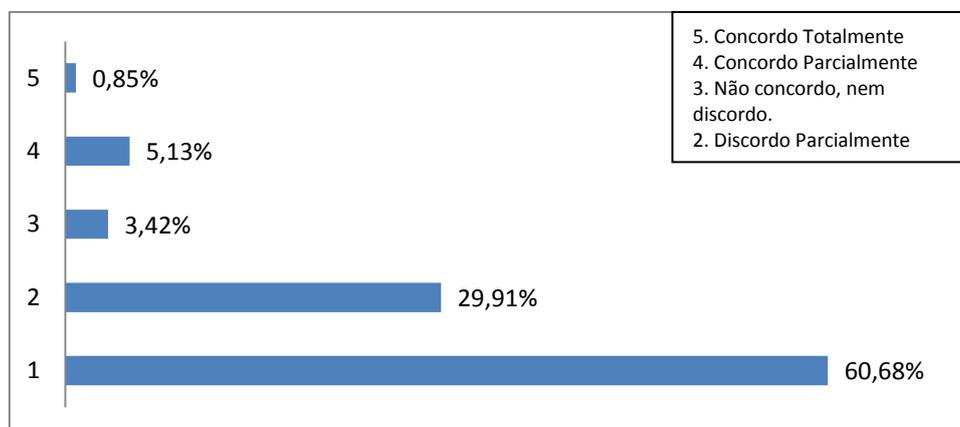
Fonte: dados da pesquisa

- Questão 5 - É uma área administrativa e não se relaciona com a contabilidade

Na questão 5, esperava-se a discordância dos alunos, uma vez que a afirmativa é falsa, o Controle Interno é de grande importância para a contabilidade. O percentual de alunos que marcaram erroneamente a questão 4 ou 5 foi de 5,98%, 3,42% dos respondentes marcaram a questão 3 e 90,59% dos alunos discordaram, totalmente ou parcialmente, da questão.

O gráfico demonstrativo das respostas é o seguinte:

Gráfico 6 - Percentual de resposta – Questão 5



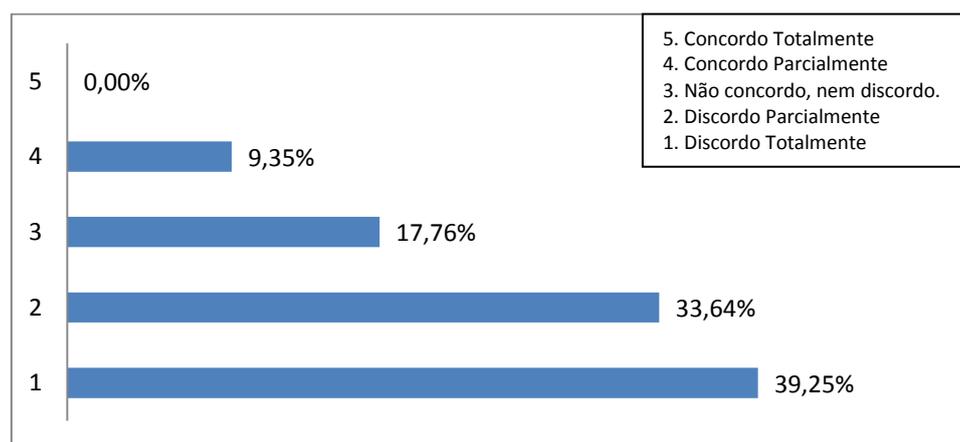
Fonte: dados da pesquisa

-Questão 6 - Controle Interno e Sistema de Controle Interno são as mesmas coisas

Esperava-se nessa questão as respostas 1 e 2. Discordaram da questão 71,89%, 39,25% discordaram totalmente e 33,25% discordaram parcialmente. Nenhum aluno concordou totalmente com a questão, 9,35% dos alunos concordaram parcialmente e 17,76% não concordaram nem discordaram.

Seu gráfico de percentual de resposta é o seguinte:

Gráfico 7 - Percentual de resposta – Questão 6



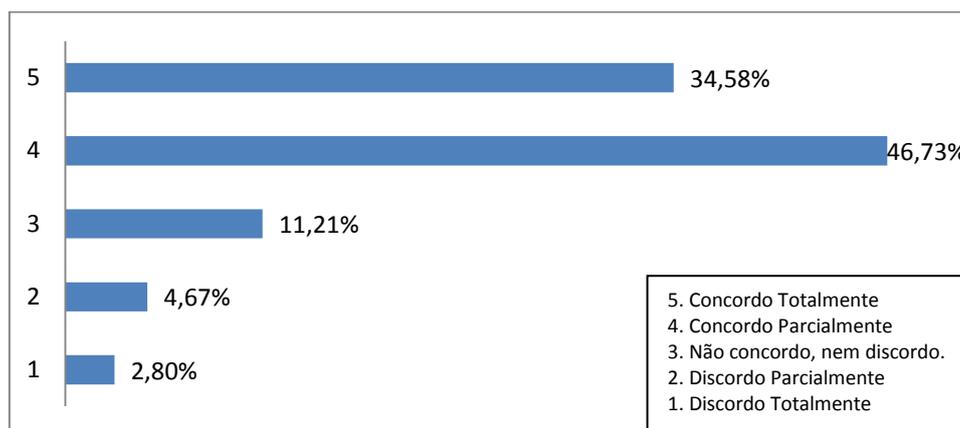
Fonte: dados da pesquisa

- Questão 7 - Auxilia no combate e controle da corrupção

Era desejado na questão 7 a concordância dos alunos. Nessa questão, 34,58% dos alunos concordaram totalmente, 46,73% concordaram parcialmente, 11,21% não concordaram nem discordaram e 7,47% discordaram, total ou parcialmente da questão.

O gráfico a seguir demonstra o percentual de resposta por alternativa.

Gráfico 8 - Percentual de resposta – Questão 7

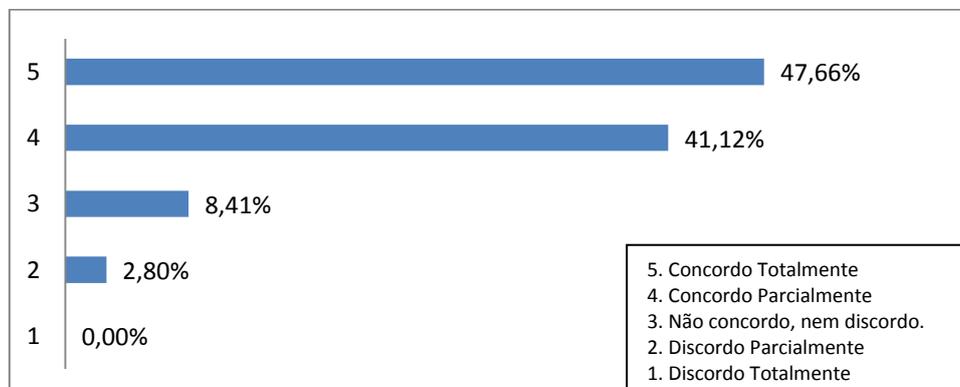


Fonte: dados da pesquisa

- Questão 8 - É um importante instrumento para a accountability (prestação de contas)

Na questão 8, era desejado a concordância dos respondentes com a questão. Dos respondentes, nenhum concordou totalmente com a questão e apenas 2,80% discordaram parcialmente. O percentual dos que concordaram totalmente foi de 47,66% e o de que concordaram parcialmente de 41,12%. Não concordaram nem discordaram 8,41% dos alunos.

Gráfico 9 - Percentual de resposta – Questão 8



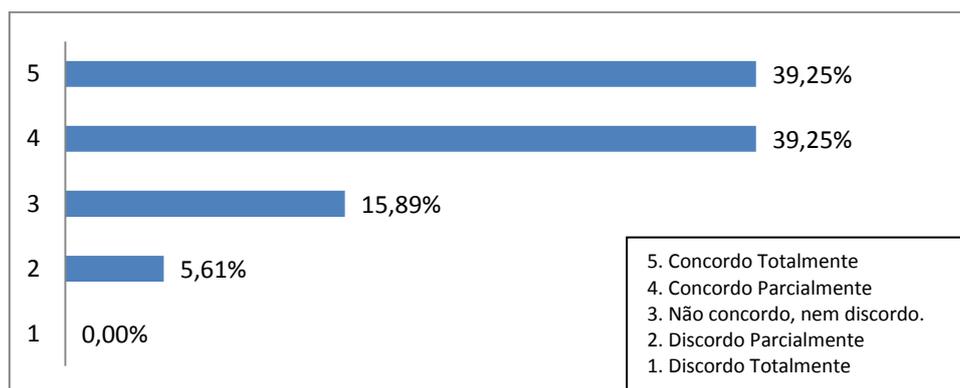
Fonte: dados da pesquisa

-Questão 9 – Está diretamente relacionado a uma boa governança

O esperado para a questão 9 era a resposta 5 – concordo totalmente – e 39,25% dos respondentes escolheram essa resposta, o mesmo percentual de alunos, 39,25%, escolheu a questão 4 – concordo parcialmente. A opção 3 foi marcada por 15,89% dos alunos e a opção 2 por 5,61% e nenhum aluno optou pela opção 1.

Seu gráfico de percentual de resposta é o seguinte:

Gráfico 10 - Percentual de resposta – Questão 9



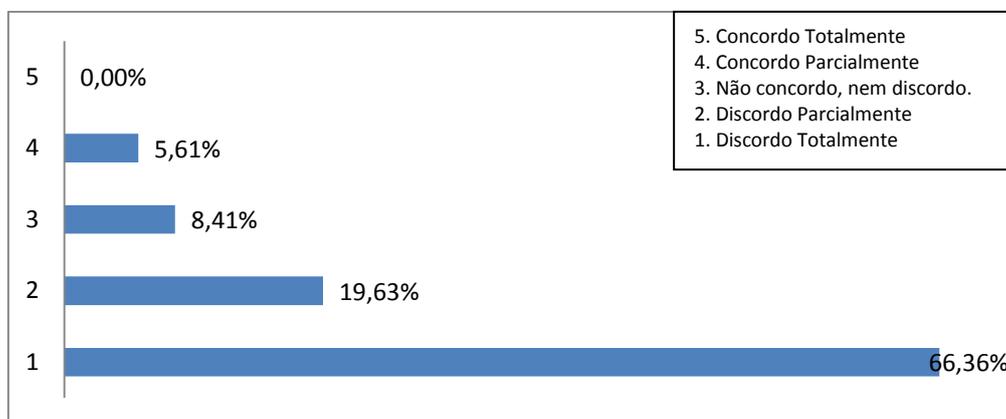
Fonte: dados da pesquisa

-Questão 10 - Um órgão que possui Auditoria Interna não necessita de Controle Interno

A resposta adequada para a questão era a discordância total dos alunos, porém a discordância parcial era aceitável. Nessa questão houve 66,36% de alunos marcando a opção 1 – discordo totalmente, 19,63% marcando a opção 2 – discordo parcialmente, 8,41% marcando a opção 3 – não concordo, nem discordo e 5,61% a opção 4- concordo parcialmente.

Segue o gráfico demonstrativo das respostas:

Gráfico 11 - Percentual de resposta – Questão 10



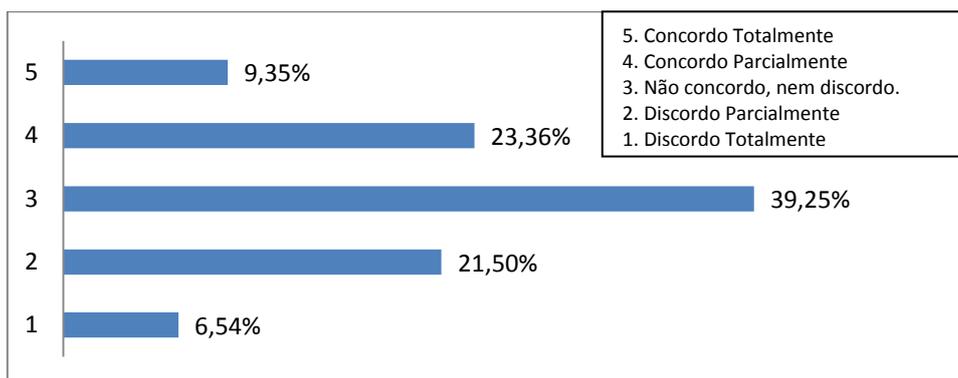
Fonte: dados da pesquisa

-Questão 11 - Quanto mais Sistemas de Controle melhor

A questão 11 foi a mais destoante nas respostas, esperando uma discordância da questão, 39,25% não concordaram, nem discordaram, 21,50% discordaram parcialmente, 6,54% discordaram totalmente, 23,36% concordaram parcialmente e 9,35% concordaram totalmente.

O gráfico de percentual de resposta é o seguinte:

Gráfico 12 - Percentual de resposta – Questão 11



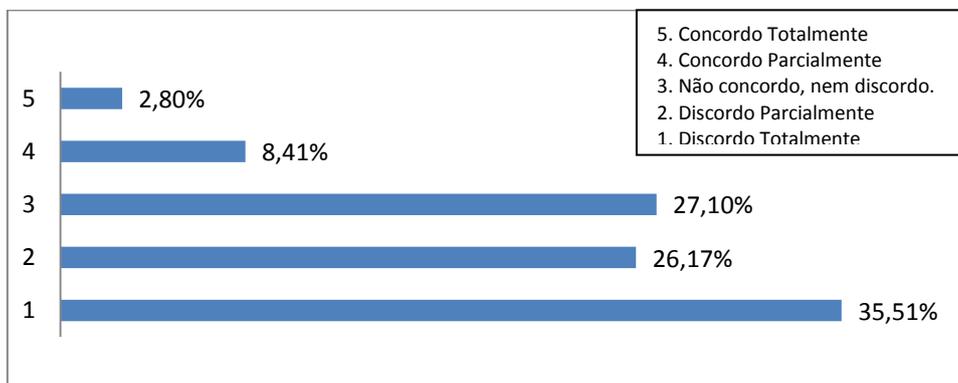
Fonte: dados da pesquisa

-Questão 12 - Não está relacionado com o Controle Externo

Como o art. 74 da Constituição Federal de 1988 diz, o controle interno deve apoiar o controle externo, assim a resposta 1 a mais adequada para a questão. Dos alunos concordaram, totalmente ou parcialmente, com a questão 11,21%, não concordaram, nem discordaram 27,10%, discordaram parcialmente 26,17% e concordaram totalmente 35,51%.

O gráfico demonstrativo das respostas é o seguinte:

Gráfico 13 - Percentual de resposta – Questão 12



Fonte: dados da pesquisa

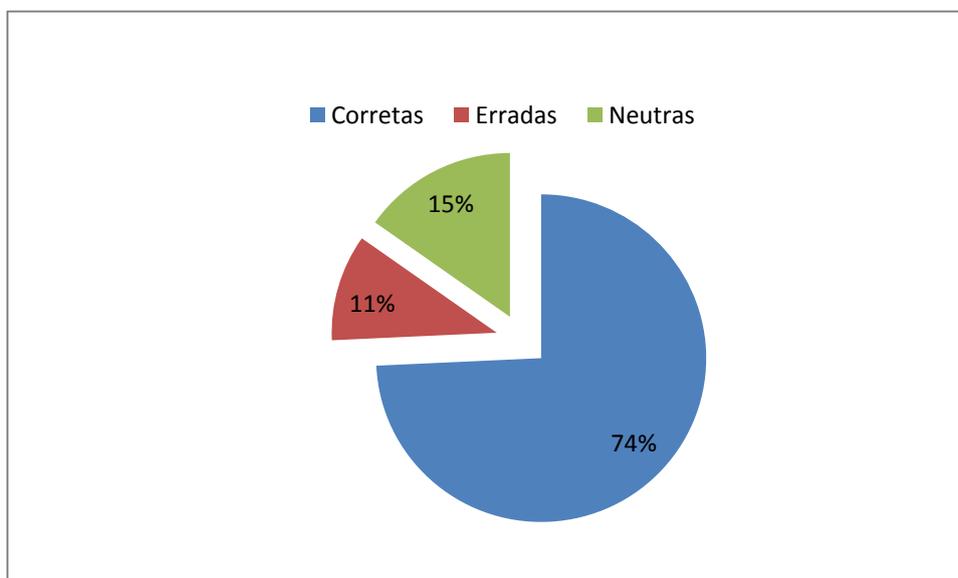
O total e o percentual de respostas corretas, erradas e neutras (não concorda, nem discorda) é demonstrado no quadro e no gráfico a seguir. Para o cálculo do total foram somadas todas as respostas consideradas corretas, incorretas e imparciais e para chegar ao percentual foi dividido o valor por 1285, que é o total de respostas 107×12 , e multiplicado por 100.

Quadro 9 – Total de respostas certas, erradas e neutras.

	Respostas	Porcentagem
Corretas	961	74,84%
Erradas	136	10,59%
Neutras	197	15,34%

Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 14 - Total de respostas certas, erradas e neutras.



Fonte: dados da pesquisa

A tabela 9 a seguir, traz uma média ponderada e foram atribuídos pesos para as respostas. Os pesos foram atribuídos de acordo com o quanto a resposta do respondente se adequava à questão. Para as questões consideradas corretas, questões 1, 2, 3, 4, 7, 8 e 9, a resposta ideal era de número 5, mas a aceitável ainda era a resposta de número 4. Portanto, foi utilizada a seguinte lógica para estas classificações: a média total de respondente com a resposta número 5 (concordo totalmente), foi multiplicado por 5; a média total que escolheu a resposta número 4 (concordo parcialmente), foi atribuído o peso 4; a média total que escolheu a resposta número 3 (não concordo, nem discordo),

foi multiplicado por 3; a média total que escolheu a resposta número 2 (discordo parcialmente), foi multiplicado por 2; a média total que escolheu a resposta número 1 (discordo totalmente), foi multiplicado por 1; Somou-se o resultado de todas estas multiplicações e dividiu-se o resultado por 15 (total da soma dos pesos: 1 + 2 + 3 + 4 + 5), obtendo-se uma média ponderada destes valores.

Já para as questões consideradas erradas, questões 6, 7, 10, 11 e 12, foi utilizada a lógica inversa, visto que a resposta que mais se adequava era a de número 1 (discordo totalmente), entretanto a resposta número 2 era aceitável (discordo parcialmente). Sendo assim os pesos foram atribuídos da seguinte maneira: peso 5 para a questão de número 1, peso 4 para a questão de número 2, peso 3 para a questão de número 3, peso 2 para questão de número 4, e peso 1 para a questão de número 5. Estes pesos foram multiplicados pela média total de respondentes para cada uma destas questões. Somou-se o resultado desta multiplicação e dividiu-se o resultado por 15 (total da soma dos pesos: 5 + 4 + 3 + 2 + 1). Com isto demos origem o quadro 10, para facilitar visualização as linhas das questões consideradas incorretas foram sublinhadas de azul, segue o quadro:

Quadro 10 – Média atingida por questão

QUESTÕES	1	2	3	4	5	MÉDIA ATINGIDA
1	0,33	0,67	1,80	10,67	16,00	29,47
2	0,40	2,00	3,60	11,47	8,33	25,80
3	0,13	1,60	3,80	8,53	14,00	28,07
4	0,07	0,40	2,00	8,80	20,00	31,27
5	0,00	9,33	0,80	0,40	0,07	10,60
6	14,00	9,60	3,80	0,67	0,00	28,07
7	0,20	0,67	2,40	13,33	12,33	28,93
8	0,00	0,40	1,80	11,73	17,00	30,93
9	0,00	0,80	3,40	11,20	14,00	29,40
10	23,67	5,60	1,80	0,80	0,00	31,87
11	2,33	6,13	8,40	3,33	0,67	20,87
12	12,67	7,47	5,80	1,20	0,20	27,33

Fonte: dados da pesquisa

Para comparação da média ponderada atingida com a média ponderada aceitável foi criada o quadro 11. Como a resposta aceitável era a de número 4, para as questões 1, 2, 3, 4, 7, 8 e 9, considerou-se 4 como o peso médio ideal que deveria ser atribuído a todas as 107 respostas (total da amostra) de cada questão. Portanto, nesses casos

multiplicou-se 107 pelo peso 4. Os resultados dessas multiplicações foram somados e divididos por 15 (total da soma dos pesos: 1 + 2 + 3 + 4 + 5). No caso das questões 6, 7, 10, 11 e 12, a lógica utilizada foi a mesma, entretanto o peso 4 foi atribuído a resposta número 2. As médias consideradas aceitáveis estão no seguinte quadro:

Quadro 11 – Média esperada

QUESTÃO S	Resposta Aceitável	Total de respondentes	Peso médio aceitável	Média esperada
1	4	107	4,00	28,53
2	4	107	4,00	28,53
3	4	107	4,00	28,53
4	4	107	4,00	28,53
5	2	107	4,00	28,53
6	2	107	4,00	28,53
7	4	107	4,00	28,53
8	4	107	4,00	28,53
9	4	107	4,00	28,53
10	2	107	4,00	28,53
11	2	107	4,00	28,53
12	2	107	4,00	28,53

Fonte: dados da pesquisa

O quadro seguinte faz um comparativo entre as médias atingidas e as médias aceitáveis, e o respectivo desvio entre elas.

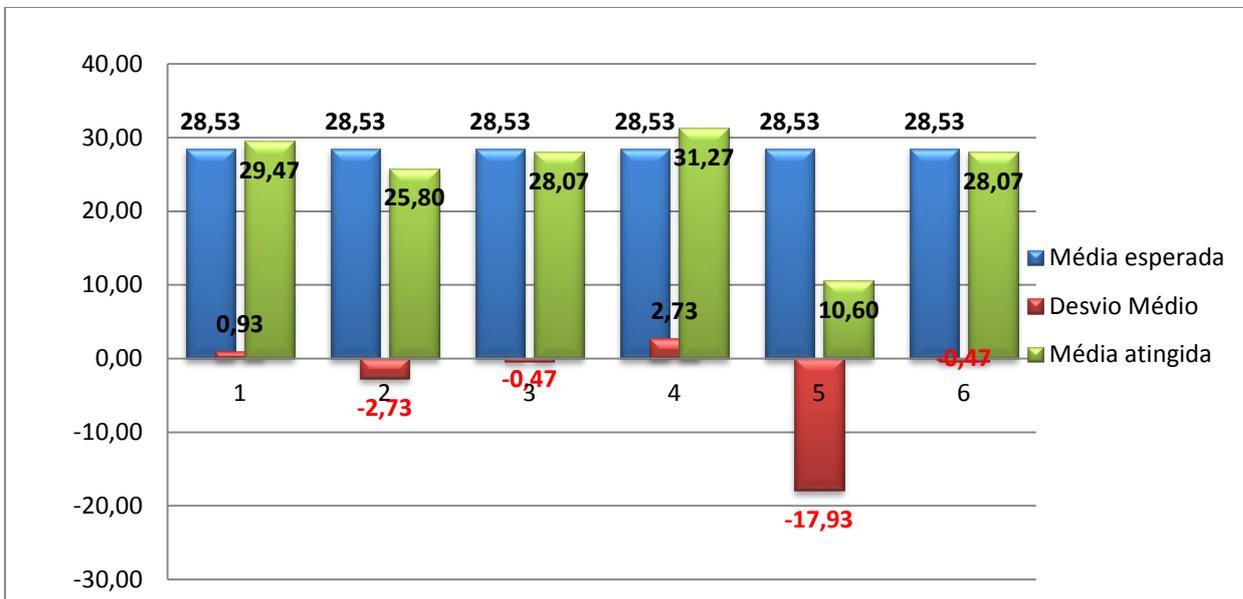
Quadro 12 – Comparação entre média esperada e média atingida

QUESTÕES	Média esperada	Média atingida	Desvio Médio
1	28,53	29,47	0,93
2	28,53	25,80	-2,73
3	28,53	28,07	-0,47
4	28,53	31,27	2,73
5	28,53	10,60	-17,93
6	28,53	28,07	-0,47
7	28,53	28,93	0,40
8	28,53	30,93	2,40
9	28,53	29,40	0,87
10	28,53	31,87	3,33
11	28,53	20,87	-7,67
12	28,53	27,33	-1,20

Fonte: dados da pesquisa

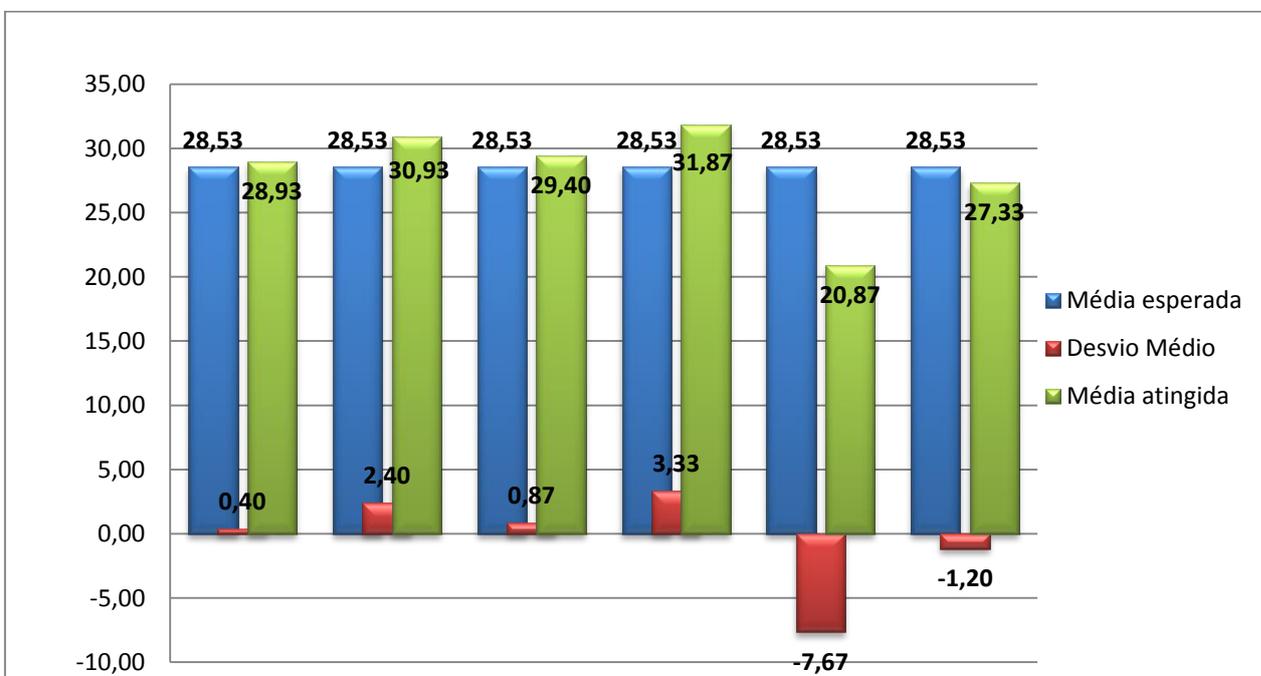
Os gráficos de barra a seguir mostraram a comparação entre a média atingida e a média esperada.

Gráfico 17 – Desvio médio – Questões 1 a 6



Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 16 – Desvio médio – Questões 7 a 12



Fonte: dados da pesquisa

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com objetivo analisar a percepção dos alunos de ciências contábeis sobre o controle interno na administração pública, esse trabalho cumpriu o seu objetivo durante seu desenvolvimento.

A utilização de um questionário em escala Likert, proporcionou verificar a percepção sobre conceitos de controle interno e aplicabilidade dos sistemas de controle interno ao apontar o grau de concordância ou discordância dos respondentes em relação às afirmações apresentadas no questionário.

Os resultados encontrados demonstram que em alguns aspectos os alunos ficaram acima da média esperada e em outros abaixo. Havendo um equilíbrio, das 12 questões, 6 obtiveram resultados acima da média esperada e 6 obtiveram resultados abaixo da média. No primeiro bloco, questões de 1 a 6, os alunos deveriam avaliar sobre o Controle Interno, as questões 1 e 4 obtiveram média acima da esperada e as demais obtiveram média abaixo da esperada. No segundo bloco, questões de 7 a 12, os alunos deveriam avaliar sobre o sistema de controle interno na administração pública, da média esperada, as questões de 7 a 10 ficaram acima e as questões 11 e 12 abaixo da média.

Como sugestão de pesquisa, podem ser desenvolvido questionários semelhantes abordando outras áreas do conhecimento da contabilidade, podendo assim verificar a percepção dos alunos de contabilidade a respeito de diversos temas.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. Edição - Rio de Janeiro: Campus - 2000.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 8ª edição - São Paulo: Editora Atlas S.A. -2011.

NETO, Michael Curry. **Conceito, finalidade e espécies de controle fiscalizatório exercido nos atos administrativos da Administração Pública**. Disponível em <http://michelcurry.jusbrasil.com.br/artigos/111945749/conceito-finalidade-e-especies-de-controle-fiscalizatorio-exercido-nos-atos-administrativos-da-administracao-publica> > acesso em 28 de abril de 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BUSINESS, Dictionary. Disponível em <http://www.businessdictionary.com/> > Acesso em 25 de julho de 2014.

LIMA, Liliane Chaves Murta. **Controle Interno na Administração Pública: O Controle Interno na Administração Pública como um Instrumento de Accountability**. Disponível em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2541195.PDF> > Acesso em 20 de abril de 2014.

RAMIS, Diogo Dias. **Controle da administração pública**. Disponível em http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12667 > Acesso em 28 de abril de 2014.

CONTI, José Mauricio. **Controle interno mostra sua força no combate à corrupção.**

Disponível em <http://www.conjur.com.br/2013-nov-19/contas-vista-controle-interno-mostra-forca-combate-corrupcao> > Acesso em 2 de maio de 2014.

SILVA, Pedro Gabriel Kenne. **O Papel do Controle Interno na Administração Pública.** ConTexto, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 1º semestre 2002 > Disponível em

seer.ufrgs.br/ConTexto/article/download/11555/6784 > acesso em 28 de abril de 2014.

ESTHER, Rejane. **Accountability, Democracia e Cidadania Organizada: Uma Análise do Conceito de Accountability como Ferramenta de Controle e Transparência na Gestão Pública.** Disponível em

<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/accountability-democracia-e-cidadania-organizada-uma-analise-do-conceito-de-accountability-como-ferramenta-de-controle-e-transparencia-na-gestao-publica/35351/> > Acesso em 20 de julho de 2014.

KPMG; **A fraude no Brasil,**

http://www.kpmg.com.br/publicacoes/forensic/fraudes_2009_port.pdf. > Acesso em 26 de julho de 2014.

ARAÚJO, Fabio da Silva, **Controle Interno no Poder Executivo Federal: Um Estudo Exploratório quanto à Percepção dos Auditores Internos das Instituições Federais de Ensino (IFE's) sobre a Atuação da Controladoria Geral da União (CGU).** Universidade Federal de Pernambuco. Recife – 2007.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria e Controle Interno na Administração Pública.** 2º edição – São Paulo: Editora Atlas S.A. -2009

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Seção IX, DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRASIL. lei complementar nº 101, de. 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm.

Folha Política. Quinta-Feira, 13 de julho de 2013. Disponível em <http://www.folhapolitica.org/2013/06/corruptos-desviam-r200-bilhoes-por-ano.html> >
Acesso em 2 de junho de 2014.

APÊNDICE A – Questionário aplicado

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Questionário

O seguinte questionário será aplicado aos alunos de ciências contábeis da Universidade de Brasília, tem como objetivo de coletar dados para a monografia da aluna Gisela Marcolino Diniz , sobre a percepção dos alunos de Ciências Contábeis sobre Controle Interno na administração pública. Os dados informados são sigilosos e serão utilizados apenas para fins de pesquisa acadêmica.

Informe os dados:

1. Sexo Feminino Masculino
2. Idade: _____
3. Semestre que está cursando : _____
4. Já cursou a disciplina [Execução da Gestão Pública?](#) Sim Não
5. [Já cursou a disciplina Auditoria 1?](#) Sim Não

Assinale as afirmações a seguir com um "X" no campo em que se referir a sua resposta sendo:

1	Discordo totalmente
2	Discordo parcialmente
3	Não discordo, nem concordo
4	Concordo parcialmente
5	Concordo totalmente

Sobre o Controle Interno:

Questões		1	2	3	4	5
1	Consiste em verificar se os planos estão ocorrendo de acordo com o planejado					
2	Tem por objetivo apontar as falhas e os erros					
3	Deve ser exercido em todos os setores para ser efetivo					
4	Deve ser uma atividade ininterrupta e permanente					
5	É uma área administrativa e não se relaciona com a contabilidade					
6	Controle Interno e Sistema de Controle Interno são as mesmas coisas					

Sobre o Sistema de Controle Interno na Administração Pública:

Questões		1	2	3	4	5
7	Auxilia no combate e controle da corrupção					
8	É um importante instrumento para a <i>accountability</i> (prestação de contas)					
9	Um órgão que possui Auditoria Interna não necessita de Controle Interno					
10	Está diretamente relacionado a uma boa governança					
11	Quanto mais Sistemas de Controle melhor					
12	Não está relacionado com o Controle Externo					